



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e onze (19.09.2011), às quatorze horas e trinta minutos (14h30min), no Plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 51ª Sessão Ordinária, sob a presidência do Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. Leila da Costa Vilela Magalhães, Vera Nilva Álvares Rocha e João Rodrigues Filho, bem como a ausência temporária do Dr. Ricardo Vicente da Silva. Constatou-se, ainda, as presenças do Dr. Edson Azambuja, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO, e de diversos servidores da instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de atas; 2) Feitos da Comissão de Assuntos Administrativos (CAA); 3) Feitos da Comissão de Assuntos Institucionais (CAI); 4) Eleições das Comissões Permanentes (CAA e CAI); 5) Autos CPJ n.º. 014/2011 – Processo PGJ n.º. 13273/2011 – Estudo acerca da carga horária de trabalho dos profissionais da saúde lotados na sede da Procuradoria Geral de Justiça (Procurador Geral de Justiça); 6) Autos CPJ n.º. 015/2011 – Alteração da Resolução CPJ n.º. 001/2007/CPJ – Atribuições do cargo de Analista Ministerial Especializado – Especialidade: Psicologia (Procurador Geral de Justiça); 7) Ato PGJ n.º. 062/2011 – Dispõe sobre o uso da garagem do prédio da Procuradoria Geral de Justiça (Dr. Marco Antônio Alves Bezerra); 8) Ofício n.º. 105/2011-2ªPJ/ARN-MPE/TO – Requer a permanência de sua lotação na 2ª Promotoria de Justiça de Araguaína até o retorno do titular (Dr. Guilherme Cintra Deleuse); 9) Ofício n.º. 074/2011 – Informa o estabelecimento de termos de ajuste de conduta, em atenção à Recomendação CPJ n.º. 001/2011 (Dr. Sidney Fiori Júnior); 10) Mem. n.º. 162/CGMP – Encaminha cópia da decisão exarada nos autos de n.º. 039/2011 (Dr. João Rodrigues Filho); 11) Ofício n.º. 134/2011 – Requer a redistribuição das atribuições das Promotorias de Justiça de Gurupi ou a criação de uma nova promotoria (Dra. Poliana Dias Alves Julião); 12) Requerimento – Composição de equipe técnica para



Colégio de Procuradores de Justiça

investigar eventuais bens penhoráveis dos executados pelo Ministério Público que insistem em fraudar a execução (Dr. Sidney Fiori Júnior); e 13) Outros assuntos. De início, colocou-se em apreciação as **Atas da 49ª e 50ª Sessões Ordinárias, da 56ª Sessão Extraordinária e da Sessão Solene em Homenagem ao Dr. Cesar Augusto Margarido Zaratini**, que restaram aprovadas à unanimidade. Em seguida, a apreciação de **feitos da Comissão de Assuntos Administrativos** restou postergada para a próxima sessão, tendo em vista a ausência do Dr. João Rodrigues, Presidente. Logo após, a palavra foi repassada ao Dr. Marco Antônio Alves Bezerra para a apresentação de **feitos da Comissão de Assuntos Institucionais**, sob sua presidência. Primeiramente, colocou em apreciação os **Autos CPJ nº. 007/2010**, apensos ao Processo PGJ nº. 2011/7367, referentes à regulamentação de verba indenizatória, conforme requerimentos formulados pela Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP. O Presidente da CAI apresentou minuta de resolução que visa regulamentar o artigo 131, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº. 51/2008, estabelecendo a gratificação por cumulação de cargo vago devida aos membros do Ministério Público. Ainda sobre o dispositivo legal em questão, apresentou proposta de alteração legislativa visando à supressão do termo “vago”, a fim de que a gratificação seja concedida também em casos de férias ou licenças de promotores. Em votação, a minuta da resolução e a proposta de alteração da lei orgânica restaram aprovadas à unanimidade. Ato contínuo, colocou em apreciação os **Autos CPJ nº. 021/2010**, referentes ao projeto de resolução para a criação do Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GECEP, de autoria do Dr. Octahydes Ballan Junior, 2º Promotor de Justiça de Araguaína. O Presidente da CAI apresentou parecer pela aprovação do projeto nos termos propostos, principalmente porque se constitui pauta votada pelo Ministério Público Brasileiro, expressa na Carta de Brasília, de 30 de maio de 2011. Colocada a matéria em discussão, a Dra. Angélica Barbosa da Silva pediu vista dos autos, que lhe foi prontamente concedida. Em seguida, colocou-se em apreciação os **Autos CPJ nº. 023/2010**, em que a Dra. Marcia Mirele Stefanello Valente, 7ª Promotora de Justiça de Porto Nacional, requer a retirada da atribuição do



Colégio de Procuradores de Justiça

patrimônio público da promotoria em que é titular. O Presidente da CAI apresentou parecer pela perda temporária do objeto, em função de acordo entabulado entre os Promotores de Justiça de Porto Nacional e de Ponte Alta do Tocantins. Em votação, o parecer restou acolhido à unanimidade. Às quinze horas (15h), o Dr. Ricardo Vicente tomou assento em plenário. Dando prosseguimento à apreciação de feitos da CAI, o Dr. Marco Antônio apresentou os **Autos CPJ nº. 002/2011**, referentes à proposta de criação da promotoria de justiça de combate à violência doméstica, formulada pelo Dr. Moacir Camargo de Oliveira, Coordenador Administrativo das Promotorias de Justiça de Araguaína. O Presidente da Comissão apresentou parecer pela rejeição da proposta, por hora, pelas mesmas razões de negativa à postulação semelhante na Capital, sobretudo porque há ainda claros de lotação na região norte do Estado. Com a palavra, o Dr. Ricardo Vicente apresentou voto contrário ao parecer da CAI, reiterando a mesma motivação expendida em sessão anterior, quando destacava a necessidade de se criar uma promotoria especializada na defesa da mulher nesta Capital. O Dr. Clenan Renaut, por seu turno, esclareceu que a Procuradoria Geral de Justiça havia propiciado a necessária estrutura ao promotor que cumulava as referidas atribuições na Comarca de Araguaína e este conseguiu suprir a demanda de serviços nessa área. O Dr. José Omar de Almeida Júnior, por sua vez, sugeriu que a matéria fosse postergada para a próxima sessão, tendo em vista a ausência de alguns Procuradores de Justiça. Sugestão esta que restou acolhida à unanimidade. Por fim, colocou em apreciação os **Autos CPJ nº. 003/2010**, referentes à proposta formulada pelo Dr. José Demóstenes de Abreu no sentido de se conferir atribuição específica de defesa da educação a uma promotoria criada mas não instalada na Capital. O Presidente da CAI apresentou parecer no sentido de que, devido à relevância do tema, seja conferida tal atribuição à 22ª Promotoria de Justiça da Capital, por se adequar ao perfil do atual titular, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, mediante prévia concordância do mesmo. Novamente visando um *quorum* mais qualificado, a matéria restou postergada para a próxima sessão. Dando continuidade à pauta, pelo mesmo motivo, postergou-se também as **eleições das Comissões Permanentes do Colegiado**. Ato contínuo, o

Presidente do Colegiado colocou em apreciação os **Autos CPJ nº. 014/2011**, referentes ao Processo PGJ nº. 13273/2011, que trata do estudo acerca da carga horária de trabalho dos profissionais da saúde lotados na sede da Procuradoria Geral de Justiça. Após justificativas, o Dr. Clenan Renaut apresentou minuta do ato que visa estabelecer jornada de trabalho diferenciada para os servidores lotados no Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Área da Saúde, correspondendo a seis (6) horas diárias ininterruptas, trinta (30) horas semanais. Em votação, a minuta restou aprovada à unanimidade, nos termos apresentados pela Chefia da Instituição. Logo após, o Presidente colocou em apreciação os **Autos CPJ nº. 015/2011**, referentes à alteração da Resolução nº. 001/2007/CPJ, que dispõe sobre o Regimento Interno do Ministério Público do Estado do Tocantins, especificamente quanto às atribuições do cargo de Analista Ministerial Especializado – Especialidade: Psicologia. Após justificativas, o Dr. Clenan Renaut apresentou minuta de resolução que visa alterar o artigo 63, inciso XX, do Regimento Interno, com o intuito de permitir que o Psicólogo lotado na Área da Saúde preste assistência psicológica aos membros e servidores desta instituição, sem prejuízo de outras atribuições que lhe são conferidas. Em votação, a minuta restou aprovada à unanimidade. Ato contínuo, o Dr. Marco Antônio retirou de pauta a sua proposta de alteração do **Ato PGJ nº. 062/2011**, que dispõe sobre o uso da garagem do prédio da Procuradoria Geral de Justiça, tendo em vista a ausência da Dra. Leila Vilela, autora da proposta originária. Em seguida, o Presidente retirou de pauta o **Ofício nº. 105/2011-2ªPJ/ARN-MPE/TO**, datado de 03/08/2011, da lavra do Dr. Guilherme Cintra Deleuse, 2º Promotor de Justiça de Araguaína, por se tratar de ato de gestão. Dando continuidade, a Secretária apresentou, para conhecimento, o **Ofício nº. 074/2011**, datado de 04/08/2011, em que o Dr. Sidney Fiori Júnior, 9º Promotor de Justiça de Araguaína, comunica, em atenção à Recomendação CPJ nº. 001/2011, que firmou seis (6) Termos de Ajustamento de Conduta – TAC's com os principais organizadores de shows e eventos daquela cidade, no que toca à entrada de crianças e adolescentes, bem como sobre a necessidade de se evitar as penas insertas nos artigos 243, 252 e 258, da Lei nº. 8.069/90. Acerca do assunto,



Colégio de Procuradores de Justiça

deliberou-se à unanimidade no sentido de encaminhar cópia de um dos TAC's, firmados pelo Dr. Sidney Fiori, ao CAOP da Infância e Juventude, para fins de divulgação em seu site, servindo de modelo à atuação ministerial no que pertine à matéria contida na referida recomendação. Em seguida, retirou-se de pauta, em virtude da ausência do Dr. João Rodrigues, o **Mem. n.º. 162/CGMP**, datado de 10/08/2011, oriundo da Corregedoria Geral, contendo cópia da decisão exarada nos Autos de n.º. 039/2011. Ato contínuo, deliberou-se à unanimidade pelo encaminhamento, à CAI, do **Ofício n.º. 134/2011**, datado de 03/05/2011, em que a Dra. Poliana Dias Alves Julião, 3ª Promotora de Justiça de Gurupi, requer a redistribuição das atribuições das promotorias de justiça daquela comarca ou a criação de uma nova promotoria. Logo após, deliberou-se à unanimidade, também pelo encaminhamento à CAI, do **Requerimento** datado de 15/08/2011, da lavra do Dr. Sidney Fiori Júnior, 9º Promotor de Justiça de Araguaína, referente à proposta de composição de equipe técnica para investigar eventuais bens penhoráveis dos executados pelo Ministério Público que insistem em fraudar a execução. Encerrados os itens constantes da pauta, passou-se a outros assuntos. De início, o Presidente apresentou **minuta de ato** que visa instituir e regulamentar a concessão da "Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado do Tocantins". Após breve debate, a matéria restou postergada para a próxima sessão, por proposta da Dra. Elaine Pires, em razão do *quorum* reduzido. Em seguida, colocou-se em apreciação, para *referendum*, a **Portaria n.º. 650/2011**, que designou o Promotor de Justiça André Ramos Varanda para atuar cumulativamente como Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, e a **Portaria n.º. 672/2011**, que designou o Promotor de Justiça José Kasuo Otsuka para atuar cumulativamente como Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Mulher, ambos de forma interina, a partir de 01/09/2011. Em votação, ditas portarias restaram referendadas à unanimidade. Por fim, o Presidente convocou sessão extraordinária para a **eleição do Ouvidor do Ministério Público**, no dia três do próximo mês (03/10/2011), às quatorze horas (14h). Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às dezesseis horas e vinte minutos (16h20min), do que, para constar, eu, _____, Elaine



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Colégio de Procuradores de Justiça

Marciano Pires, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Clenan Renaut de Melo Pereira

José Omar de Almeida Júnior

Alcir Raineri Filho

Angélica Barbosa da Silva

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antônio Alves Bezerra

Elaine Marciano Pires